Portugal: quando a inteligência artificial ameaça parecer mais competente do que os governantes

Publicado em 2026-11-21 22:42:00



Crónica | Democracia, governação e inteligência artificial

Portugal: quando a inteligência artificial ameaça parecer mais competente do que os governantes

Por **Augustus Veritas** · 5 de novembro de 2026

O problema não é a inteligência artificial poder vir a governar melhor do que os políticos. O problema é termos

exige-se ao cidadão que cumpra prazos, preencha formulários, justifique despesas, pague impostos e responda pelos seus erros. Ao governante, demasiadas vezes, basta anunciar uma intenção com expressão grave e um gráfico colorido. Se a medida falhar, haverá uma comissão, um novo programa e, naturalmente, uma conferência de imprensa.

Não é necessário negar as conquistas da democracia para reconhecer as insuficiências da governação. Portugal progrediu na saúde, na educação, nas infraestruturas e na integração europeia. Mas uma democracia adulta não se mede apenas pelo caminho percorrido; mede-se também pela distância entre o que promete e aquilo que efectivamente entrega.

O Estado que anuncia, mas raramente mede

Na engenharia, um sistema que consome recursos sem cumprir os requisitos não é um sucesso de comunicação: é um sistema que exige diagnóstico. Na política, porém, o lançamento de um plano é frequentemente celebrado antes de existir qualquer resultado verificável. Anunciam-se habitações, reformas administrativas e simplificações.

reconhece a resiliência económica, a melhoria das contas públicas e a evolução do emprego. Mas assinala também entraves estruturais: produtividade insuficiente, procedimentos administrativos complexos e dificuldades de acesso à habitação. A realidade é, portanto, menos confortável do que a propaganda e mais complexa do que o pessimismo absoluto.

O preço da mediocridade institucional

O custo da má governação não cabe numa única rubrica orçamental. Está nas horas perdidas entre serviços, na empresa que adia um investimento, na família que não consegue encontrar casa, no cidadão que desiste perante um labirinto administrativo. Cada atraso tem uma factura invisível. Somadas, essas facturas tornam-se uma política económica — embora ninguém a tenha assumido como tal.

Importa, contudo, ser rigoroso: a existência de decisões deficientes não prova, por si só, corrupção ou interesses clandestinos. A influência de grupos organizados, os conflitos de interesses, a captura regulatória e a corrupção são fenómenos distintos. Precisamente por isso, exigem registos públicos, auditorias independentes, regras de transparência e investigação sustentada em provas — não apenas indignação.

anomalias, comparar cenários e produzir análises em minutos. Continuamos, entretanto, a aceitar que decisões públicas de enorme alcance sejam apresentadas sem objectivos mensuráveis, sem avaliação de impacto transparente e sem uma explicação convincente para os insucessos.

A OCDE identifica oportunidades reais para a IA no sector público: automatizar tarefas, apoiar decisões, melhorar serviços e detectar fraude. Mas alerta igualmente para dados enviesados, opacidade, erros e perda de responsabilização. A máquina não é um oráculo; pode errar com uma velocidade que faria inveja a qualquer ministério.

O relatório Digital Government Outlook 2026 mostra que a utilização da IA se alarga nas administrações públicas dos países da OCDE, mas a medição dos seus efeitos e as auditorias continuam limitadas. Ou seja: até a adopção da tecnologia precisa daquilo que tantas vezes falta à política — avaliação rigorosa.

Imaginemos um observatório público e independente, assistido por IA, capaz de confrontar promessas eleitorais, leis aprovadas, dotações orçamentais, contratos, prazos e resultados. Não para ditar decisões, mas para as tornar verificáveis. Um painel que mostrasse, sem adjectivos ministeriais, o que foi executado, o que falhou, quanto custou e quem tem o dever de explicar.

Na habitação, por exemplo, seria possível acompanhar licenças, fogos concluídos, custos de construção, rendas e tempos administrativos. Na saúde, tempos de espera e resultados clínicos, com protecção dos dados pessoais. Na contratação pública, padrões anómalos que justificassem escrutínio humano — nunca condenações automáticas.

Para funcionar, este modelo exigiria dados de qualidade, critérios publicados, auditorias externas, possibilidade de contestação e controlo democrático. Os algoritmos não votam, não representam cidadãos e não possuem legitimidade para decidir o que é justo. A IA deve ser uma ferramenta de fiscalização do poder, não um novo poder sem rosto.

talvez a reforma mais urgente seja cultural: deixar de confundir lealdade partidária com competência, retórica com execução e autoridade com razão. Governar deveria implicar objectivos claros, equipas capazes, decisões fundamentadas e consequências políticas para falhas persistentes. Um país não é uma experiência interminável em que os cidadãos pagam a subscrição e os responsáveis nunca lêem os relatórios de erro.

A Comissão Europeia assinalou, no relatório da Década Digital de 2025, progressos portugueses nos serviços públicos digitais, mas também fragilidades nas competências digitais e na adopção empresarial de tecnologias avançadas. Há, pois, capacidade instalada e trabalho por fazer. A questão não é começar do zero; é abandonar a ilusão de que digitalizar um formulário equivale a reformar o serviço que o exige.

O verdadeiro receio

A inteligência artificial não salvará Portugal da mediocridade política. Pode até amplificá-la, se for usada para produzir propaganda mais elegante, automatizar injustiças ou esconder decisões atrás de uma caixa negra. Mas, com instituições independentes e regras sólidas,

precisa de substituir os governantes para expor a sua incompetência. Basta que ajude os cidadãos a comparar, com rigor, o que lhes foi prometido com aquilo que receberam.

Uma democracia não se torna mais forte quando os seus dirigentes parecem infalíveis. Torna-se mais forte quando nenhum dirigente pode escapar à evidência dos resultados.

Nota editorial

Esta crónica é um texto de opinião. Distingue juízos críticos de factos documentados e não imputa crimes a pessoas ou instituições. As referências internacionais contextualizam os desafios da governação e os limites da inteligência artificial; não demonstram, por si só, as interpretações políticas do autor.

Referências e leituras internacionais

1. OCDE — Economic Surveys: Portugal 2026
2. Comissão Europeia — Portugal: Década Digital 2025
3. OCDE — Governing with Artificial Intelligence (2025)
4. OCDE — Digital Government Outlook 2026: Adopting and governing AI in government